

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

### ATA NÚMERO CINCO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA TRINTA E UM DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da Sede do Município, compareceram o Senhor Álvaro dos Santos Beijinha, Presidente da Câmara Municipal, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Vice-Presidente, Óscar Domingues Ramos, Luís Filipe dos Santos, Albano Joaquim Mestre Pereira, Francisco Maria Carrajola de Sousa e Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Vereadores, a fim de se efetuar a reunião ordinária da Câmara Municipal.

Como se achavam em número legal para se constituírem em reunião de Câmara, foi a mesma declarada aberta pelo Senhor Presidente, Álvaro Beijinha, às nove horas e trinta minutos.

Seguidamente, o Senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a ata número quatro, da reunião anterior, a qual foi aprovada, por unanimidade.

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:

#### ----- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO ----- ESCLARECIMENTO SOBRE INTERVENÇÃO NA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEZASSETE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Natália Caeiro, Presidente da Direção da Associação de Bombeiros Mistos de Santiago do Cacém, a qual apresentou o seguinte texto de esclarecimento relativamente ao conteúdo da ata daquela reunião sobre a sua intervenção: -----  
“No quarto parágrafo que começa por: “Mais informou que, inicialmente também não tinham dinheiro para pagar o subsídio de Natal e outros encargos, o que conseguiram ultrapassar, a muito custo, com o apoio de algumas entidades e pessoas singulares, sendo que, os hospitais também começaram a pagar à Associação, com maior regularidade, pelo que, obtido o equilíbrio das contas, pensou em mudar para uma conta, a que chamamos Salva Vidas, 45.000 €, através de um cheque, para salvaguarda do pagamento dos salários e dos subsídios dos Bombeiros, no caso de se repetir o atraso nos pagamentos à Associação, por parte dos hospitais. Conta essa que seria movimentada só através de cheques com a sua assinatura e a do tesoureiro, não tendo este concordado em assinar o cheque para a transferência da referida verba. Por esse motivo a Presidente havia declinado qualquer responsabilidade no pagamento dos vencimentos, caso se verificassem atrasos. Acrescentou que os Bombeiros também ficaram descontentes com a posição do Tesoureiro. (corta “o que motivou alguns a pedir a demissão do mesmo”). -----

Mas o que levava ao pedido de demissão do Tesoureiro na Assembleia de 09 de novembro, portanto anterior a este episódio do cheque, foi que o Tesoureiro, sempre que a Presidente lhe dizia para não gastar mais dinheiro porque era preciso poupar para pagar os subsídios de Natal e os ordenados de dezembro dos funcionários ele respondia que “Agora só temos de nos preocupar com os ordenados dos meninos. Eles deviam era estar um ou dois meses sem receberem ordenados, como já lhes aconteceu nas outras Direções, para não irem fazer queixas à ACT, porque agora, por qualquer coisa vão fazer queixa”. E como o Tesoureiro respondeu assim à Presidente, por várias vezes em sítios públicos, os Bombeiros vieram a saber e não gostaram por isso pediram a demissão do Tesoureiro, para além de outros motivos que foram alegados na Assembleia. Destas declarações do Tesoureiro, a Presidente tem como testemunhas a Secretária Irene Gonçalves, aqui presente para além de outras que aqui não estão.” -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Luis Cavalinhos, Bombeiro daquela Associação e à Senhora Irene Gonçalves, Secretária da mesma, os quais confirmaram o que foi dito pela Presidente da Associação.-----  
-----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – OBRAS NA RUA DO GALEÃO – DESENVOLVIMENTOS DO PROCESSO.-----**

O Senhor Vereador Luis dos Santos perguntou se o Senhor Presidente tinha ido ao local das obras.-----

O Senhor Presidente informou que tinha ido ao local, na passada quinta-feira, acompanhado do Senhor Vereador Jaime Cáceres, onde falaram novamente com os moradores e simularam a entrada de uma viatura nas garagens, tendo em conta as eventuais condicionantes das obras projetadas, acrescentando que era possível meter o carro na garagem, embora com alguns constrangimentos.-----

Mais informou que deu instruções aos técnicos para se proceder a algumas alterações no projeto das obras, indo ao encontro do que foi solicitado pelos moradores. Acrescentou que com aquelas obras se pretendia resolver o problema de falta de estacionamento, com a criação e ordenamento de lugares de estacionamento e, sobretudo, a requalificação daquela zona da Cidade, sendo que, com a alteração da marcação dos lugares de estacionamento da vertical para longitudinal resultará uma redução significativa dos mesmos, não ficando assim resolvido o problema do estacionamento. Mais informou que será também equacionada a possibilidade de criar condições num espaço próximo daquela via, para estacionamento provisório, tendo em conta os custos significativos da construção de um parque de estacionamento.-----

Informou ainda que as ilhas junto aos prédios serão mantidas.-----

Concluiu, referindo que já deu conhecimento das alterações previstas aos interessados.-----

O Senhor Vereador Óscar Ramos manifestou a sua satisfação pela decisão tomada, no sentido de ir ao encontro das pretensões dos moradores, considerando que se tratava de uma boa decisão, acrescentando que este tipo de reajustamentos deviam acontecer também noutras situações. Mais referiu que a manutenção das ilhas junto aos prédios era fundamental para a segurança das pessoas.-----

O Senhor Vereador Jaime Cáceres referiu que quando começaram a surgir problemas de segurança na Rua dos Navegantes, devido ao aumento de tráfego, foi necessário reduzir o estacionamento naquela via, a qual ficou somente com cerca de trinta lugares, o que era manifestamente insuficiente, tendo em conta que nos fogos junto à mesma residem cerca de quinhentas pessoas. Acrescentou que a solução prevista pela Câmara Municipal ia no sentido de resolver este problema com a criação de mais noventa e seis lugares de estacionamento, sendo que, com a alteração preconizada, serão criados somente quarenta e dois lugares, os quais não serão suficientes, pelo que terá que ser feito algo provisório, o que não tardará a ser contestado, porque o espaço ficará em terra batida. Acrescentou que a Câmara Municipal poderá precisar daquele espaço para a criação de uma futura Alameda na ER 261-5, considerando que é preciso também pensar no futuro desenvolvimento urbanístico daquela Cidade.-----

O Senhor Vereador Luis dos Santos referiu que detetou uma série de erros neste processo que podiam ter sido evitados, se as obras tivessem sido planeadas de forma mais objetiva, e se o projeto tivesse sido visto com as pessoas como tinha sido prometido, o que teria permitido efetuar, atempadamente, as alterações agora indicadas, sendo que, desta forma, o dinheiro vai ser gasto e o problema do estacionamento não fica resolvido.-----

O Senhor Vereador Óscar Ramos referiu que a sua intervenção anterior sobre este assunto foi no sentido de salientar o bom senso que levou ao entendimento com os moradores sobre esta matéria, sem qualquer reserva da sua parte. -----

Acrescentou que todos desejam o melhor para o Município embora as visões sobre o desenvolvimento do mesmo possam ser diferentes. -----

O Senhor Vereador Jaime Cáceres referiu que também tinha ficado agradado por se ter chegado a um entendimento com os moradores, mas não podia deixar de referir o facto de, como Presidente da Junta de Freguesia de Santo André e agora como Vereador, ter sido ofendido nas redes sociais, como também o foram os técnicos municipais, por causa desta questão. -----

O Senhor Presidente referiu que o Executivo Municipal estava na Autarquia para resolver os problemas, acrescentando que a motivação principal para realizar as obras em causa se prendia com a qualificação daquela via, resolvendo também o problema do estacionamento, o que, para os moradores, ia criar outros problemas, pelo que se irá avançar com uma solução provisória para minimizar a falta e ordenamento do estacionamento, e resolver a questão da qualificação da via. -----

O Senhor Vereador Luis dos Santos referiu que não tinha dúvidas que, perante a situação criada, a solução indicada era a melhor. -----

#### **CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – REMOÇÃO DE CONTENTOR**-----

O Senhor Vereador Óscar Ramos questionou sobre a questão da remoção do contentor que também tinha sido colocada na anterior reunião de Câmara pelos moradores da Rua do Galeão. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento de que já tinha sido recebida uma indicação que poderá ajudar na notificação do proprietário do contentor, no sentido do mesmo proceder à sua remoção. -----

#### **BRESCOS – PASSADEIRA JUNTO A CRUZAMENTO**-----

O Senhor Vereador Luis dos Santos questionou se já tinha sido avaliada a questão da passadeira junto ao cruzamento, em Brescos, a qual tinha colocado em anterior reunião de Câmara. -----

O Senhor Vereador Albano Pereira informou que tinha pedido aos Serviços Técnicos para avaliarem a situação e que se ia proceder à alteração da mesma. -----

#### **REUNIÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL (CIMAL) E MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ITERNA.**-----

O Senhor Presidente deu conhecimento de que participou numa reunião, no âmbito da CIMAL, com o Senhor Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, a Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, Isabel Oneto, o Secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel e o Secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Neves, sobre questões de Segurança, Proteção Civil e Transferência de Competências para as Autarquias Locais. Mais informou que colocou a questão do funcionamento dos postos da GNR de Ermidas Sado e de Alvalade e a falta de meios humanos e materiais para as Forças de Segurança, embora esteja marcada para o dia seis de fevereiro uma reunião com a Senhora Secretária de Estado Adjunta da Administração Interna, para tratar deste assunto com mais detalhe. Acrescentou que foi dada nota oficial da intervenção que está prevista para o Posto da GNR de Santo André, no edifício onde funcionava a Brigada Fiscal, a qual compreende um investimento de quatrocentos mil euros, estando previsto lançar o concurso para o projeto no mês de março, pelo que, não é provável que a obra tenha início no ano em curso. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

---

Sobre a Proteção Civil foi referido que as freguesias de Santo André e de S. Francisco da Serra são consideradas de risco elevado. -----

Acrescentou que foi também abordada a questão da criação das Equipas de Intervenção Permanente (EIPs), para as quais as Autarquias contribuem com cinquenta por cento dos custos, e que terão de estar constituídas antes do período dos incêndios, sendo que, numa reunião que teve, no ano anterior, com as Associações de Bombeiros do Município, nem todas mostraram disponibilidade para participarem. -----

Mais informou que no referente à Transferência de Competências para as Autarquias Locais, as respostas que foram dadas às questões colocadas pelos presidentes das câmaras municipais do Litoral Alentejano vieram reforçar a sua convicção de que a posição tomada pela Câmara e pela Assembleia Municipal de Santiago do Cacém e por outras autarquias do País, de rejeição das mesmas, para os anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte, era a mais avisada, tendo em conta a forma como o processo tem sido conduzido e o facto de se continuar a desconhecer as verbas associadas às mesmas, recordando que a Assembleia da República não aprovou o Fundo de Financiamento previsto para o processo das transferências. Acrescentou que dos vinte e três diplomas sectoriais previstos já foram publicados quinze, nomeadamente os que dizem respeito à Educação e à Saúde, os únicos para os quais existem pacotes financeiro. Informou também que, nos Municípios onde existem Unidades Locais de Saúde (ULS) o processo de transferência de competências não se colocava. -----

Acrescentou que relativamente á área da Educação, questionou sobre o financiamento do pessoal auxiliar e da estrutura intermédia que será necessário reforçar, devido ao aumento do pessoal a integrar, tendo o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais informado que o financiamento seria de acordo com os rácios previstos na lei para o setor da educação. -----

Referiu também que esta era mais uma situação preocupante na medida em que atualmente já existe um claro subfinanciamento do setor que não permite o recrutamento de pessoal auxiliar necessário para assegurar o funcionamento das escolas, nomeadamente das escolas rurais, para as quais são contratados tarefeiros, três horas por dia, e a ganharem quatro euros por hora, quando na Câmara Municipal não existem trabalhadores precários, pelo que, não era aceitável que o fizesse com estes trabalhadores, o que iria aumentar os encargos financeiros nesta área.

Mais referiu que outra situação que se colocava nesta área tinha a ver com as obras na Escola Secundária Padre António Macedo (ESPAM), cuja execução os diferentes governos têm vindo a arrastar durante anos, para as quais não disponibilizaram verba, e agora pretendem que seja a Câmara Municipal a assumir as obras quando a mesma dispõe de menos recursos.

Acrescentou que o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais informou que o Governo vai indicar, no prazo de trinta dias, as escolas onde vai realizar obras, bem como outros financiamentos. -----

Mais informou que vão ser criadas comissões de avaliação destas matérias, com monitorização do processo, para determinar as intervenções que são necessárias.-----

Informou que estarão previstos vinte mil euros por escola, independentemente da dimensão de cada uma, questão que o Senhor Secretário de Estado reconheceu que devia ser revista. -----

Informou ainda que o Senhor Ministro da Administração Interne referiu que o Governo tem vindo a aumentar as transferências para as autarquias. -----

Acrescentou que apesar desta ação as autarquias recebem menos do que recebiam em dois mil e onze e continua a não ser cumprida a Lei das Finanças Locais, o que acontece desde dois mil e sete. -----

Concluiu, referindo que este processo está a ser cada vez mais questionado pelas autarquias, pelo que, terá de voltar a ser discutido com as mesmas e terá que ser repensado. -----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Foi tomado conhecimento de que as disponibilidades de Tesouraria no dia trinta de janeiro do corrente ano, eram as seguintes: -----

**OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: 2.247.791,97€** (dois milhões duzentos e quarenta e sete mil setecentos e noventa e um euros e noventa e sete cêntimos). -----

**OPERAÇÕES DE TESOURARIA: 283.846,30 €** (duzentos e oitenta e três mil oitocentos e quarenta e seis euros e trinta cêntimos).-----

### -----OUTRAS DELIBERAÇÕES:-----

**ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM** -----

**ASSUNTO: Segunda Alteração às Atividades Mais Relevantes Dois Mil e Dezanove/Dois Mil e Vinte e dois.** -----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém.-----

**REFERÊNCIA:** Processo número trezentos e cinquenta ponto dez ponto zero zero um barra um da DAGF barra SC de Dois Mil e Dezanove.-----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha.-----

**PROPOSTA:** Aprovar a Segunda Alteração às Atividades Mais Relevantes Dois Mil e Dezanove/Dois Mil e Vinte e dois, documento que é dado como reproduzido na presenta ata, com o número quinze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos Membros do Executivo. -----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com o ponto 8.3.2. do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente, da Senhora Vereadora Margarida Santos e dos Senhores Vereadores Albano Pereira e Jaime Cáceres, eleitos da CDU. -----

Três abstenções, dos Senhores Vereadores Óscar Ramos e Francisco de Sousa, eleitos do PS, e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

**ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM** -----

**ASSUNTO: Segunda Alteração ao Plano Plurianual de Investimento de Dois Mil e Dezanove/Dois Mil e Vinte e dois.**-----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** Processo número trezentos e cinquenta ponto dez ponto zero zero um barra um da DAGF barra SC de Dois Mil e Dezanove.-----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha.-----

**PROPOSTA:** Aprovar a Segunda Alteração ao Plano Plurianual de Investimento de Dois Mil e Dezanove /Dois Mil e Vinte e dois, documento que é dado como reproduzido na presenta ata, com o número dezasseis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos Membros do Executivo. -----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente, da Senhora Vereadora Margarida Santos e dos Senhores Vereadores Albano Pereira e Jaime Cáceres, eleitos da CDU. -----

Três abstenções, dos Senhores Vereadores Óscar Ramos e Francisco de Sousa, eleitos do PS, e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

**ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM** -----

**ASSUNTO: Segunda Alteração ao Orçamento de Dois Mil e Dezanove.** -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----  
**REFERÊNCIA:** Processo número trezentos e cinquenta ponto dez ponto zero zero um barra um da DAGF barra SC de Dois Mil e Dezanove.-----  
**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha.-----  
**PROPOSTA:** Aprovar a Segunda Alteração ao Orçamento de Dois Mil e Dezanove, documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número dezassete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos Membros do Executivo.  
**FUNDAMENTOS:** De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro. -----  
**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----  
**FORMA:** Por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente, da Senhora Vereadora Margarida Santos e dos Senhores Vereadores Albano Pereira e Jaime Cáceres, eleitos da CDU. -----  
Três abstenções, dos Senhores Vereadores Óscar Ramos e Francisco de Sousa, eleitos do PS, e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----  
**ASSUNTO:** Atualização da Conta Final e Revisão de Preços Definitiva - Melhoria das Condições de Mobilidade da Rua Professor Egas Moniz-----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----  
**REFERÊNCIA:** Processo n.º 2017/300.10.001/11, de 20/03/2017, da Divisão de Projeto eObras (processo 01.08.05/DPO/2016 – papel). -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha.-----  
**PROPOSTA:** **Um:** Aprovar a conta final da empreitada (documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número dezoito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião) de acordo com o seguinte quadro resumo:-----

Contrato .....: 593.334,11 € (IVA incluído)-----  
Faturado .....: 586.175,52 € (IVA incluído)-----  
Revisão de Preços Definitiva .....:25.464,99 € (IVA incluído)-----  
Trabalhos a menos no valor de 7.158,59 € (IVA incluído). -----

**Dois:** Aprovar o cálculo da revisão de preços definitivo no valor de 25.464,99 € (IVA incluído), para envio ao empreiteiro e posterior faturação.-----

**FUNDAMENTOS:** **Um:** Foi elaborado o cálculo da revisão de preços definitivo cujo valor é 24.023,58 € acrescido de IVA (1.441,41) que totaliza 25.464,99€, dado que já foi faturado o valor de 17.907,22€, acrescido de IVA, significa que deve ser faturado o valor de 6.116,36€, acrescido de IVA (366,98€) que perfaz **6.483,34€**.-----

**Dois:** Art.ºs 382º, 399º, 400º e n.º1 do Art.º 401 do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo decreto-lei 18/2008, de 29 de janeiro e cláusula 38ª do caderno de encargos.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----  
**FORMA:** Por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente, da Senhora Vereadora Margarida Santos e dos Senhores Vereadores Albano Pereira e Jaime Cáceres, eleitos da CDU. -----  
Três abstenções, dos Senhores Vereadores Óscar Ramos e Francisco de Sousa, eleitos do PS, e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

**ENTIDADE:** LUIS CARLOS AGUILAR DE MESQUITA -----  
**ASSUNTO:** Alteração do Objeto do Direito de Superfície - Lote nº 2 da Zona de Industria Ligeira, Exp. III em Vila Nova de Santo André.-----  
**LOCALIZAÇÃO:** Vila Nova de Santo André.-----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**REFERÊNCIA:** 2018/300.50.200/20, de 18/12/2018, da Secção de Aprovisionamento e Património. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** Aprovar a alteração do objeto do direito de superfície do lote nº 2, sito no Loteamento Municipal da Zona de Indústria Ligeira, Expansão III, em Vila Nova de Santo André, de “Construção e Manutenção de uma Oficina de Automóveis” para a “Serviços Multimédia e Consultoria Informática”. -----

**FUNDAMENTOS:** a) De acordo com o solicitado pela requerente. -----

b) Conforme condições de constituição do direito de superfície. -----

c) Nos termos da alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por maioria, com cinco votos a favor, do Senhor Presidente, da Senhora Vereadora Margarida Santos e dos Senhores Vereadores Albano Pereira e Jaime Cáceres, eleitos da CDU, e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais. ---  
Duas abstenções, dos Senhores Vereadores Óscar Ramos e Francisco de Sousa, eleitos do PS.

**OBSERVAÇÕES:** O Senhor Vereador Óscar Ramos observou que esta situação podia vir a causar problemas no futuro, tendo em conta os ruídos produzidos nas oficinas. -----

O Senhor Presidente esclareceu que está previsto na lei a existência de comércio e serviços conjuntamente com as oficinas, nas Zonas de Indústria Ligeira. -----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Assuntos resolvidos no uso de competência delegada -----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** Processo número 07/DOGU/SAU de dois mil e dezoito da Secção de Administração Urbanística -----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Margarida Santos -----

**TOMAR CONHECIMENTO** da Informação de acordo com o despacho da Senhora Vereadora da Gestão Urbanística de 08.05.2014, documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número dezanove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião. -----

**ENTIDADE:** NELSON ANDRINO SALES VALENTIM -----

**ASSUNTO:** Certidão de Direito de Preferência sobre a transmissão onerosa do imóvel sito na Área de Reabilitação Urbana de Vila Nova de Santo André. -----

**LOCALIZAÇÃO:** Bairro do Pica Pau, Banda 7, edifício 2 da freguesia de Santo André -----

**REFERÊNCIA:** Processo nº 03-2019-4 datado de 08-01-2019, da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, em nome de Nelson Andrino Sales Valentim. -----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Margarida Santos. -----

**PROPOSTA:** 1- Que seja deliberado o não exercício do direito de preferência sobre a transmissão onerosa do imóvel localizado em Área de Reabilitação Urbana, - Bairro do Pica Pau, Banda 7, edifício 2, da freguesia de Santo André, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 4271 fração autónoma U e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob o n.º 2063/19930521-U da freguesia e Santo André. -----

2- Que seja emitida certidão a declarar que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém não pretende exercer o direito de preferência sobre o imóvel. -----

**FUNDAMENTOS:** 1. De acordo com o artigo 58.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (aprovado pelo Decreto-Lei 307/209 de 23 de outubro na sua atual redação), o Município de Santiago do Cacém (MSC) tem direito de preferência nas transmissões a título

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

oneroso de terrenos ou edifícios situados em Área de Reabilitação Urbana (ARU), devendo o pedido ser submetido a deliberação de Câmara. -----

**2.** O direito de preferência visa possibilitar que o Município manifeste o interesse na aquisição de imóveis, para reabilitação e renovação do edificado, em áreas de relevante interesse municipal.-----

4. Não obstante esta prerrogativa legal, o MSC não tem exercício de direitos de preferência, deixando que os particulares concretizem as transmissões dos imóveis, bem como a realização de reabilitação do edificado, concedendo-lhes no presente apoios fiscais e financeiros no âmbito da ARU.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**ENTIDADE:** MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Hasta Pública – Arrendamento Rural -----

**LOCALIZAÇÃO:** “Herdade do Canal” em Santiago do Cacém. -----

**REFERÊNCIA:** Processo nº 2019/300.10.005/23, de 28/01/2019 da Divisão de Administração Geral e Financeira, Secção de Aprovisionamento e Património.-----

**APRESENTANTE:** Senhor Vereador Albano Pereira. -----

**PROPOSTA:** **UM** - Aprovar a realização de procedimento por Hasta Pública, para atribuição do direito ao arrendamento de uma parcela de terreno do prédio rustico, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 1º da Secção O, da freguesia de Santiago do Cacém. -----

**DOIS** – Aprovar o Caderno de Encargos e as Condições a que o arrendamento fica sujeito, conforme documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número vinte, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião.-----

**TRÊS** – Efetuar a Hasta Pública no próximo dia 21 de fevereiro do corrente ano, pelas 10:30 horas, na sede do Município, no decurso da reunião ordinária da Câmara Municipal. -----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com o previsto na alínea g) do nº 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Publicações oferecidas às Bibliotecas Municipais – Agradecimento -----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** Processo 2018/300.10.004/38 de 16/11/2018, Divisão de Cultura e Desporto/Serviço Municipal de Bibliotecas e Arquivo.-----

**APRESENTANTE:** Senhor Vereador Jaime Cáceres. -----

**PROPOSTA:** Aceitar e agradecer as publicações oferecidas às bibliotecas municipais descrita em relação que é dada como reproduzida na presente ata, com o número vinte e um, ficando arquivada na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião. -----

**FUNDAMENTOS:** Ao abrigo da alínea j) do nº1 do artigo nº33, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro e compete à Câmara Municipal, aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Publicações oferecidas às Bibliotecas Municipais – Agradecimento -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----  
**REFERÊNCIA:** Processo 2018/300.10.004/42 de 14/12/2018, Divisão de Cultura e Desporto/Serviço Municipal de Bibliotecas e Arquivo.-----  
**APRESENTANTE:** Senhor Vereador Jaime Cáceres.-----  
**PROPOSTA:** Aceitar e agradecer as publicações oferecidas às bibliotecas municipais descrita em relação que é dada como reproduzida na presente ata, com o número vinte e dois, ficando arquivada na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião.-----  
**FUNDAMENTOS:** Ao abrigo da alínea j) do nº1 do artigo nº33, do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro e compete à Câmara Municipal, aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário.-----  
**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----  
**FORMA:** Por unanimidade.-----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----  
**ASSUNTO:** Material Didático - Transferência de Verba para Pré-Escolar - Ano letivo 2018/2019-----

**LOCALIZAÇÃO:** Município de Santiago do Cacém.-----  
**REFERÊNCIA:** P. 2019/350.30.001/07 de 04/01/2019, da Divisão de Educação.-----  
**APRESENTANTE:** Senhor Vereador Jaime Cáceres.-----  
**PROPOSTA:** 1. Transferir para os Agrupamentos de Escolas do Município uma verba destinada à aquisição de material didático, a saber: Agrupamento de Escolas Prof. Arménio Lança (Alvalade) 880,00€ (oitocentos e oitenta euros); Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo 440,00€ (quatrocentos e quarenta euros); Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém 1.980,00€ (mil novecentos e oitenta euros) e Agrupamento de Escolas de Santo André 1.980,00€ (mil novecentos e oitenta euros), sendo o valor total de 5.280,00 € (cinco mil duzentos e oitenta euros).-----  
2. Que os respetivos Agrupamentos de Escolas enviem a esta Câmara Municipal até ao final do presente ano letivo, a relação de materiais adquiridos por Jardim de Infância.-----  
**FUNDAMENTOS:** 1. De acordo com o previsto na alínea d), do n.º2, do Artigo 23.º do Regimento Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.----  
2. Dar continuidade à transferência de verba destinada à aquisição de material didático para a Educação Pré-Escolar.-----  
**DELIBERAÇÃO:** Aprovar -----  
**FORMA:** Por unanimidade.-----

IMPRESSA - Tomado conhecimento.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar, em Minuta, cada uma das deliberações constantes desta ata nos termos e para os efeitos do artigo cinquenta e sete, números um a quatro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi, pelo Senhor Presidente, declarada encerrada a reunião pelas dez horas e quarenta e cinco minutos.-----

Desta Reunião se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, e por mim, José Pereira dos Reis Vilhena Gonçalves, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, exercendo as funções de Secretário.---

O Presidente da Câmara Municipal

---

O Secretário da Reunião

---